

Vestibular: Modelo Alternativo ou Alternativas de Procedimento?

Raimundo Alberto Normando*

O ensino superior no País é sabidamente um sistema em que a procura por vagas é bem maior que a oferta.

O vestibular é o processo de filtragem nas universidades e, por isso mesmo, é considerado traumático na medida em que uma imensa clientela de jovens concorre a alguns milhares de vagas, estimulados, talvez, pelo fato de o cartorialismo ainda existente no País privilegiar o diploma em detrimento da qualificação para o trabalho.

Concretamente, teremos de ter um processo de seleção que, se não for o concurso vestibular, haverá de ser um mecanismo alternativo que cumpra os objetivos estabelecidos.

Considerado unanimemente a barreira entre as escolas de segundo e terceiro graus, o vestibular é percebido pelo público interno e externo à universidade de formas bem diferentes entre si, conquanto ambas de perplexidade. O público externo encara o vestibular como um processo gerador de tensões enquanto o interno o considera um instrumento ainda incapaz de filtrar, com o rigor necessário, os candidatos à universidade, condição *sine qua non* para que eles cheguem aos cursos superiores com os pré-requisitos indispensáveis para suportar o nível que a universidade adota.

A partir dessas percepções estabelece-se um conflito de difícil administração: ou a universidade aumenta o seu nível de exigências, implicando essa decisão tensões cada vez mais agudas ou diminui o nível, sacrificando a qualidade do estudante universitário e futuro profissional que mais tarde será entregue à sociedade.

A QUEDA NA QUALIDADE

Em 1968, o advento do exame classificatório, implantado para minimizar o problema dos

* Vice-Reitor da Universidade Federal do Ceará

excedentes, levou os candidatos a uma acomodação que teve como consequência o abaixamento de seu nível. Em face disso, a Universidade Federal do Ceará, em 1978, adotou um sistema de provas objetivas que praticamente elimina o acerto casual (1), de vez que cada questão admite cem possibilidades de respostas ao invés de quatro ou cinco. Procedimentos análogos, e em alguns casos idênticos, foram adotados pelas seguintes instituições: Universidade Federal da Bahia, Universidade de Brasília, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal do Paraná.

Ainda assim, percebe-se a queda na qualidade do aluno de hoje em relação aos estudantes dos primeiros anos da década de 60, configurada essa queda pela dificuldade de absorção dos conteúdos e pelo excessivo número de reprovados no Ciclo Básico.

AS DIFERENÇAS SOCIAIS

A cada vestibular os dados indicam que a origem sócio-econômica dos candidatos é um fator limitante ao ingresso na universidade. De modo geral, já em 1974 se podia mostrar que os candidatos menos favorecidos economicamente ingressavam em pequeno número na universidade (2) e assim mesmo em cursos cuja relação candidato-vaga era relativamente baixa. Essa tendência não se modificou até hoje, doze anos depois.

As críticas ao vestibular são freqüentes e diversificadas; dentre elas, a de que o vestibular acentua as diferenças sociais entre os candidatos. Entretanto, não é verdade que o vestibular acentue as diferenças sociais. Ele apenas as evidencia, tanto quanto qualquer outro processo de seleção, pois elas existem de fato, dependem de diversas variáveis, principalmente do profundo desequilíbrio na renda *per capita* dos brasileiros. Não nos propomos aqui abordar as causas geradoras das diferenças sociais. No entanto, é nosso dever enfatizar que o vestibular não pode e nem deve ser responsabilizado por essas diferenças.

O problema é muito mais de capacitação da clientela que pretende ingressar na universidade. Assim, não devemos temer a possibilidade de algumas vagas ociosas que poderão ocorrer em face de uma seleção mais rigorosa de candidatos ao corpo discente das universidades. Na verdade, alunos menos qualificados atrasarão o ritmo dos mais capazes e terminarão por se perderem ao longo do caminho.

ALTERNATIVA DE COMPORTAMENTO

Ao invés de propormos um modelo alternativo de seleção julgamos mais adequado defender um melhor posicionamento da universidade em relação aos seus futuros alunos.

Não entendemos que uma seleção deva existir apenas em função de um descompasso da oferta em relação à demanda de vagas.

Na verdade, o que o vestibular tenta fazer é uma seleção para o ingresso no corpo discente da universidade. A nosso ver, devem ser definidos, com razoável precisão, parâmetros de excelência que devem ser avaliados no momento do ingresso nos cursos universitários, não importando se há menos ou mais candidatos interessados no preenchimento das vagas oferecidas, até porque a explosão de vagas foi realizada de modo aleatório sem qualquer estudo de profundidade, no pressuposto de que o aumento de vagas atendia a uma pressão de demanda.

TIPOS DE PARÂMETROS

Poderíamos discutir alguns parâmetros indispensáveis aos futuros estudantes de nossas universidades. Todavia, vamos focalizar nossa atenção no principal de todos eles: a COMPETÊNCIA.

Isoladamente, a competência não tem qualquer significado concreto, sendo, quando muito,

1 NORMANDO, R. A. ; PORTO, V. C. & QUEIROZ, M. V. de (1981), O Vestibular na Universidade Federal do Ceará: novo modelo. *Educação e Seleção*(3):85-92.

2 NORMANDO, R. A. & LEITE, R. H. (1977). *Análise do Questionário Sócio-Econômico*. I.U. - UFC.

uma bela figura de retórica! A competência terá de ser definida claramente em cada um dos aspectos a serem avaliados no concurso vestibular.

A título de exemplo, qual o objetivo de um teste em língua estrangeira para candidatos à universidade? Pressupomos que a língua estrangeira seja encarada como um instrumento adequado a um melhor desempenho do aluno na universidade e, por isso mesmo, o aluno deve ser capaz de entender um texto. Assim, é pouco relevante para a compreensão o conhecimento das regras a que está sujeito o genitivo de posse na língua inglesa. No que concerne à Física, os alunos imaginam que devam aprender as equações que traduzem quantitativamente os fenômenos físicos. Embora importantes, muitas vezes o aluno preocupa-se apenas com as equações em detrimento dos fenômenos físicos, a ponto de, uma vez na universidade, não conseguirem abordar os fenômenos e explicá-los convenientemente.

UMA ESTRATÉGIA DE COMPROMISSO

A definição de um referencial de competência não é tarefa simples. Ao contrário, é trabalho que terá de envolver os melhores cérebros da universidade, pelo menos nas disciplinas do curso, não podendo os resultados ser obtidos a curtíssimo prazo. Apesar disso, a universidade pode dar o passo inicial no sentido de realimentar o ensino de segundo grau. A baixa qualidade do ensino nos graus anteriores tem sido apontada como causa principal dos insucessos observados em cada vestibular. A universidade, de modo geral, não trabalha com a escola de primeiro e segundo graus, malgrado sabermos que o vestibular influencia a escola de segundo grau, pelo menos a nível de terceira série.

É necessário, pois, uma articulação da universidade com os graus antecedentes de ensino com o objetivo de buscar estratégias de ação que garantam uma melhor qualificação do aluno, quer ele se destine aos cursos superiores quer ele não decida ingressar na universidade.

UMA RETROALIMENTAÇÃO NECESSÁRIA

Além da articulação, que mais tarde esperamos transformar em integração, num primeiro momento é fundamental, inadiável até, que se estabeleça um sistema de retroalimentação para as escolas de segundo grau. Sabemos que o computador pode mostrar uma radiografia completa do desempenho médio dos candidatos e até mesmo de cada um deles.

Apenas à guisa de exemplo, alunos de um determinado colégio poderão ter rendimento nulo nas questões de Geometria Analítica da prova de Matemática. A universidade deverá fornecer a cada um dos colégios o desempenho médio de seus alunos, a fim de que a coordenação da escola possa providenciar as correções necessárias em cada caso.

SUGESTÃO

Entendemos que o Ministério da Educação, se de todo necessário, deverá baixar uma Portaria extremamente sucinta e não só permitir mas, sobretudo, estimular as Universidades a continuarem trabalhando com a mais ampla liberdade para aprimorar o mecanismo de acesso ao ensino superior.

